

Ata n.º 10/2024

Aos quatro dias do mês de dezembro dois mil e vinte e quatro, pelas
catorze horas e trinta minutos, teve lugar a oitava reunião da Comissão de
Cogestão do Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM), com a seguinte
Ordem de Trabalhos:
Ponto I. Aprovação das atas das reuniões anteriores;
Ponto II. Atualização do Regulamento da Comissão de Cogestão do
PNSSM Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro;
Ponto III. Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira (segunda
adenda) - Análise e Deliberação;
Ponto IV. Fim do mandato estipulado no Despacho n.º 12612/2020 e sua eventual
renovação (segundo o 14 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto
e na sua redação atual, renovação do mandato estabelecidos nos números 2 a 9.
do referido artigo 7.º);
Ponto V. Contratação de Técnico(a) para a Comissão de Cogestão - Análise e
Deliberação;
Ponto VI. Verificação e possibilidade do projeto de construção de um miradouro
e de uma intervenção de carácter paisagístico no Pico de São Mamede
(Portalegre);
Ponto VII. Eventual renovação de domínio e certificado SSL do site de Cogestão
do PNSSM pelo período de um ano (com data de expiração a 5 de dezembro de
2024) – Análise e Deliberação;
Ponto VIII. Eventual renovação do plano de manutenção e comunicação do site
de Cogestão do PNSSM pelo período de um ano – Análise e Deliberação;
Ponto IX. Eventuais candidaturas ao Programa PROMOVEM – Conhecimento; -
Ponto X. Sessão pública de esclarecimentos sobre as Víboras do PNSSM – Análise
e Deliberação;
Ponto XI. Ponto de situação sobre a produção e reedição de mapas e brochuras
do PNSSM;
Ponto XII. Ponto de situação do Relatório de Atividades 2024;
Outros assuntos. Debate sobre as Rede Primária de Faixas de Gestão de
$Combust\'ive is;$



Estiveram presentes os seguintes membros:
António Manuel Nobre Pita (AP), Presidente da Comissão da Cogestão
do PNSSM;
José Janela-(JJ) Associação Nacional de Conservação Natureza Quercus;
José Godinho Calado, (JGC) Diretor Regional da Conservação da
Natureza e Florestas do Alentejo/Instituto da Conservação da Natureza e das
Florestas I.P. (ICNF);
Luís Grilo, (LG), Técnico da Divisão de Áreas Classificadas Instituto da
Conservação da Natureza e das Florestas, IP Direção Regional de Conservação
da Natureza e Florestas do Alentejo;
Maria José Santana (MJS), Diretora dos Serviços Unidade de Ambiente,
Conservação da Natureza e Biodiversidade/ Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo);
João Carlos Farinha (JCF), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Alentejo (CCDR Alentejo);
Fernando Rebola (FR), Vice-Presidente do IPP de Portalegre;
Carla Mocito (CM), Entidade Regional do Turismo Alentejo e Ribatejo;
Maria de Jesus (MJ), AADP - Associação dos Agricultores do Distrito
de Portalegre;
Ana Cláudia Valadas (ACV), Técnica da Comissão da Cogestão, como
secretariado
Estiveram ainda presentes na reunião representantes os Municípios que
compõem o PNSSM:
Paulo Furtado (PF), Vereador da Câmara Municipal Arronches;
Luís Vitorino (LV), Presidente da Câmara Municipal de Marvão;
Marco Cardoso (MC), Vereador da Câmara Municipal de Portalegre
•
ADDONAÇÃO DA ATA DA DEUNIÃO ANTEDIOD
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR
O Presidente da Comissão (AP), deu as boas vindas aos membros
presentes e agradeceu a disponibilidade para a realização. Com a aprovação de
todos os membros, foi feita a alteração dos pontos ordem, para o Debate sobre as
Redes Primárias das Faixas de Gestão e Combustíveis.
O Presidente da Comissão (AP), colocou a ata da reunião anterior a
votação sendo que a mesma foi aprovada por uma abstenção dos membros
presentes



II
ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DA COMISSÃO DE
COGESTÃO DO PNSSM LEI N.º 63/2023, DE 16 DE NOVEMBRO
JCF, leu sobre a atualização do Regulamento foi aprovado com as
emendas propostas
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA (SEGUNDA
ADENDA) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO;
AP, o Presidente da Comissão deu conhecimento aos membros que a 2ª Adenda que foi assinada e prorrogada até ao próximo 30 de outubro de 2025,
relatório final de atividades desenvolvidas, devidamente documentado sobre a
execução física e financeira realizada
FIM DO MANDATO ESTIPULADO NO DESPACHO N.º 12612/2020 E
SUA EVENTUAL RENOVAÇÃO (SEGUNDO O 14 DO ARTIGO 7.º DO
DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE AGOSTO E NA SUA REDAÇÃO
ATUAL, RENOVAÇÃO DO MANDATO ESTABELECIDOS NOS NÚMEROS
2 A 9. DO REFERIDO ARTIGO 7.º);
AP, o Presidente da Comissão, alertou todos os membros, apesar de já
estarem devidamente informados, que o mandato do Presidente desta Comissão
de Cogestão estava a aproximar-se do seu término. Questionou ainda se algum
dos presentes teria interesse em candidatar-se ao cargo para o ano seguinte

JCF, mencionou que seria preferível iniciar todo o processo do princípio,
sublinhando o papel fundamental desempenhado pelos Municípios, em especial
pelo ICNF. Acrescentou que, quanto ao funcionamento do novo mandato, o que
os Municípios têm agora de se reunir para decidir quem irá presidir ao novo
mandato. Referiu ainda que iria enviar um email com os passos necessários a dar
para um novo mandato.
AP, o Presidente da Comissão, questionou se algum membro teria algo a
acrescentar ou uma intervenção sobre este tema, mas ninguém se manifestou
LV, recomendou que os quatro municípios se reunissem para deliberar
sobre a melhor solução, uma vez que este processo também implicava a
renovação do contrato da Técnica responsável

04 de dezembro 2024



AP, o Presidente da Comissão, propôs a realização de uma reunião no início de janeiro, proposta que foi unanimemente aceite pelos representantes
dos municípios presentes
VV
CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO(A) PARA A COMISSÃO DE
COGESTÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO;
AP, o Presidente da Comissão, referiu que o contrato da Técnica terminava no final do mês de dezembro e apresentou a devida explicação sobre o assunto. Acrescentou, no entanto, que existiam fundos disponíveis para continuar a remunerar a técnica pelos seus serviços. Relembrou ainda que, para a contratação inicial, foi necessário levar o tema a reunião de câmara e justificar a decisão, destacando que esta contratação também teve origem no Fundo Ambiental
JCF, mencionou a existência de uma adenda, sublinhando que esta não era uniforme em relação às demais Comissões, e referiu a possibilidade de uma nova verba.
MC, sugeriu que seria necessário elaborar um novo contrato no âmbito de uma renovação
PF, manifestou a intenção de renovar o contrato da Técnica e propôs a realização de uma reunião em janeiro para tratar deste e de outros assuntos relacionados.
LV, considerou pertinente a permanência da Técnica, justificando que esta já estava devidamente familiarizada com os assuntos em curso e tinha conhecimento aprofundado das situações
JCF, reforçou a importância da opinião do Presidente de Marvão e dos restantes membros sobre o tema
AP, o Presidente da Comissão, concordou com a necessidade de agendar uma reunião em janeiro, salientando que poderia haver alterações na liderança da comissão, caso outro município assumisse a sua direção. Isso poderia influenciar a decisão sobre a continuidade ou não dos serviços da Técnica
VIVIVIVI

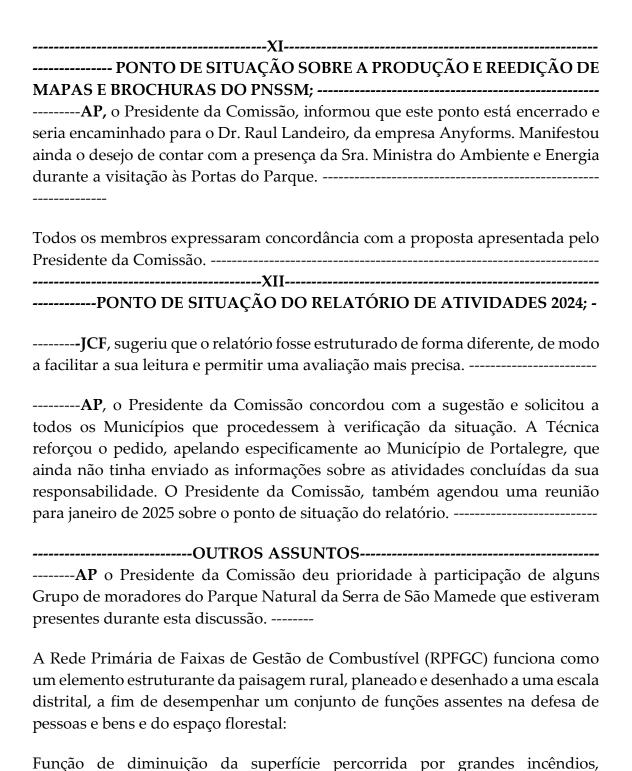


CARÁCTER PAISAGISTICO NO PICO DE SÃO MAMEDE (PORTALEGRE);
(TORTALEGRE),
O Presidente da Comissão deu a palavra ao engenheiro Luís Grilo para a
sua intervenção relativamente ao interesse sobre o Miradouro da Serra de São
Mamede
LG, fez uma intervenção relativa ao Miradouro da Serra de São Mamede, solicitando à Câmara Municipal de Portalegre uma opinião sobre o assunto
MC , informou que iria dialogar com a Vice-Presidente, Laura Galão, para obter informações mais concretas sobre a questão, destacando a possibilidade de apoio à visitação
AP, o Presidente da Comissão, questionou qual seria o valor envolvido, referindo-se especificamente à zona das Atenas, à Torre e à candidatura associada.
CM, manifestou agrado pela ideia e pediu ao vereador Marco Cardoso que pudesse equacionar a colaboração da Camara Municipal de Portalegre na realização e execução do projeto. Caso não seja possível executar, o projeto ficará pronto para ser submetido a fundos comunitários logo que surgir uma oportunidade
JJ, concordou com a ideia apresentada por Luís Grilo, manifestando apreço pelo local e pelas iniciativas associadas
AP , o presidente da Comissão, informou os membros acerca da renovação do domínio da Comissão de Cogestão, destacando que o pagamento deveria ser
efetuado até ao dia 5 de dezembro. Sublinhou ainda que qualquer atraso nesta situação implicaria custos adicionais devido à demora na renovação
EVENTUAL RENOVAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO



E COMUNICAÇÃO DO SITE DE COGESTÃO DO PNSSM PELO PERÍODO DE UM ANO - ANÁLISE E DELIBERAÇÃO; -----------AP, O Presidente da Comissão, referiu o orçamento referente ao plano de manutenção e comunicação, no montante de 1.907,40€, o qual foi unanimemente aprovado pelos presentes. -----------EVENTUAIS CANDIDATURAS AO PROGRAMA PROMOVEM – CONHECIMENTO; -----------AP, o Presidente da Comissão, informou que teve uma reunião no BPI, em Lisboa, e questionou se o IPP poderia eventualmente acompanhar o processo. Referiu que os municípios não estavam diretamente envolvidos nesta situação, que estava relacionada com a candidatura em questão. O Presidente mencionou que uma entidade competente deveria liderar o processo e questionou se o IPP apresentaria a candidatura. Caso contrário, afirmou ter uma alternativa em mente. Sublinhou ainda que o IPP tem estado constantemente envolvido nas iniciativas e mencionou que o projeto em que os quatro municípios estão a colaborar é o do "Museu ao Ar Livre". Os representantes dos municípios manifestaram o seu acordo e sugeriram que fosse estabelecido um ponto de encontro em Arronches, de forma a possibilitar um "upgrade" ao processo em curso. ----------SESSÃO PÚBLICA DE ESCLARECIMENTOS SOBRE AS VÍBORAS DO PNSSM – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO; -----------JCF, abordou a questão relacionada com as víboras, informando que estava disponível a realização de uma sessão com uma técnica especializada na área. Indicou que a técnica, proveniente de Viseu, estaria disponível no dia 16 de dezembro, sendo esta uma oportunidade para organizar uma sessão pública ou, em alternativa, agendar para o mês de janeiro. Destacou a importância de realizar uma palestra ou formação sobre o tema, bem como a elaboração de uma brochura informativa sobre as víboras. JCF, mencionou ainda que a CCDR Alentejo já dispõe de uma estrutura de guias sobre cobras. Realçou, no entanto, que a vinda da técnica implicava custos associados, como deslocação e outros encargos. -----------AP, o Presidente da Comissão, salientou a necessidade de assegurar que esta informação fosse amplamente divulgada, especialmente junto dos Municípios e das escolas. -----





permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo, função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo, função de redução dos

Fls.7



efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial, função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.

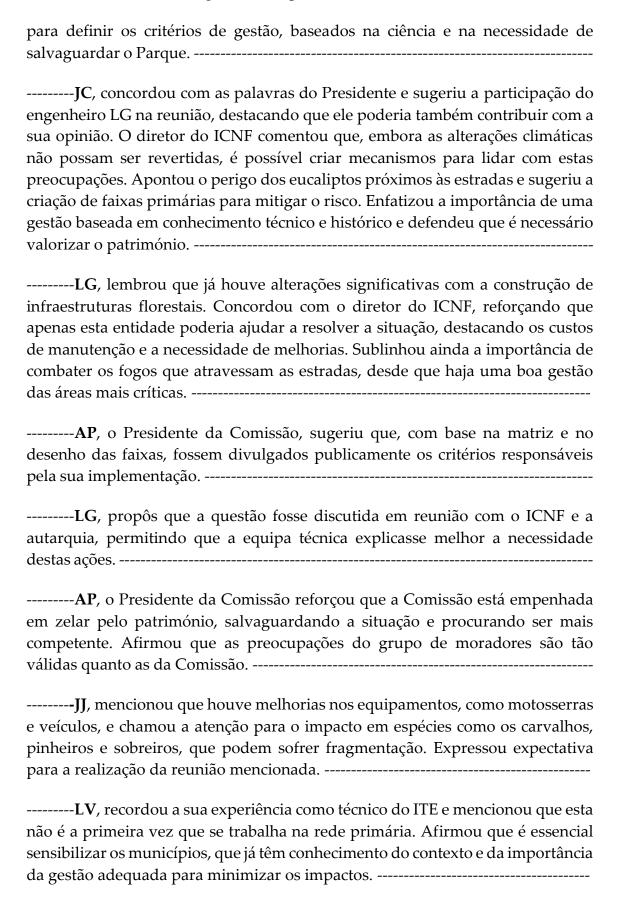
Este grupo de moradores do Parque Natural da Serra de São Mamede, apela ao ICNF para que proceda a uma revisão detalhada, manifestando séria preocupação com o impacto e as intervenções relacionadas com a execução da Rede Primária na região. Destacam que as ações associadas à implementação da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC) poderão ter consequências negativas significativas para a biodiversidade do Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM). ---

-----JC, manifestou preocupação com os incêndios, sublinhando a necessidade de proteger a natureza, incluindo a fauna e a flora, e de trabalhar para a sua melhoria. Referiu que, embora os serviços administrativos aguardem mais apoio, existem problemas na implementação das faixas verdes. Acrescentou que o ICNF recebeu uma carta com um pedido para reparações nas faixas de combustíveis. -

------AP, o Presidente da Comissão de Cogestão, questionou se algum membro desejava intervir. Em seguida, explicou o papel da Comissão e a sua relevância no contexto da discussão. Sublinhou a necessidade de reflexão sobre as preocupações apresentadas e destacou a importância do equilíbrio entre o ser humano e a natureza. Exemplificou com o caso de Castelo de Vide, considerada uma das localidades no topo nacional da qualidade de vida, e destacou o papel do Decreto-Lei na validação de leis, ações e políticas. Reforçou que as instituições e os técnicos devem cumprir as suas responsabilidades para garantir o progresso, mencionando que os convidados presentes foram indicados por José Janela. Referiu ainda que, do ponto de vista técnico, o ICNF é a entidade competente

Fls.8







=	representando a Associação, afirmou que estão envolvidos na ocuram trazer o tema para o debate. Enfatizou a importância do
combate aos	s incêndios e da criação de faixas primárias de combustível,
mencionand	o custos na ordem dos 500 euros
LG, i	nformou que o site do ICNF disponibiliza um conjunto de
=	úteis sobre estas questões e sugeriu que se debatam critérios
	no a seleção de árvores a desbastar para promover um melhor ento.
	Presidente da Comissão complementou o debate, afirmando que o everia atuar sozinho e que é essencial manter uma administração
	no âmbito da Comissão. Destacou a importância de ouvir as
preocupaçõe	s dos habitantes e de envolver pessoas chave em futuras reuniões
para clarifica	r e abordar os temas de forma eficaz
	havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião n dezassete horas e quinze minutos.
Técnica da	constar se lavrou a presente ata, que eu Ana Cláudia Valadas, Comissão de Cogestão PNSSM, redigi e assino, de seguida ao idente da Comissão
	O Presidente da Comissão de Cogestão do PNSSM,
	o Fresidente da Comissão de Cogestão do Fresión,
-	António Manuel Nobre Pita
	A Técnica Superior,
_	Ana Cláudia Valadas